



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 01/2024

TARDE

AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ÁREA ADMINISTRATIVA

GESTÃO GOVERNAMENTAL

NÍVEL SUPERIOR – PROVA DISCURSIVA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **5 (cinco)** questões discursivas você receberá do fiscal de sala as folhas de textos definitivos;
- Cada questão discursiva deverá ser redigida em até **25 (vinte e cinco)** linhas.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas e o preenchimento das folhas de textos definitivos;
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher as folhas de textos definitivos;
- Para o preenchimento das folhas de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) na folha de textos definitivos;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em sua folha de textos definitivos, o fiscal de sala deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento das suas folhas de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca de folha de texto definitivo em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas nas folhas de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa prova!**

Questão 1

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, a execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por um ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração Pública contratante, especialmente designados para tanto, conforme requisitos estabelecidos em lei, sendo permitida a contratação de terceiros para assisti-los ou subsidiá-los com informações pertinentes para o exercício de tal atribuição.

Nesse contexto, analise o papel do fiscalizador do contrato, à luz do mencionado Diploma Legal, enfrentando, especificamente, os seguintes pontos:

- a) **Indique se existem requisitos legais para que determinado servidor efetivo ou empregado público pertencente a quadro permanente da Administração Pública possa ser designado fiscal do contrato e, em caso positivo, especifique-os.**
- b) **Avalie a possibilidade de responsabilização civil objetiva de terceiro contratado para a aludida finalidade e a viabilidade de contratação de terceiro eximir a responsabilidade do agente público designado como fiscal do contrato.**

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

Questão 2

Em uma ação de fiscalização de contas, o Tribunal de Contas de um Estado da federação evidenciou que o prefeito de um município jurisdicionado assumiu, pessoalmente, a gestão de convênio firmado com municípios limítrofes cujo objeto era o repasse de verbas para execução de projetos de infraestrutura de interesse comum. Ao avaliar a execução do referido convênio, o Tribunal de Contas do Estado (TCE) identificou diversas irregularidades que, nos termos de sua Lei Orgânica, culminariam na rejeição das contas e na aplicação de penalidades, dentre outras medidas.

O processo de fiscalização fora devidamente convertido em tomada de contas especial, na forma autorizada nas normas do TCE. Após a conclusão dos procedimentos instrutivos e observado o devido processo legal, o Tribunal decidiu pela imputação de débito e aplicação de multa ao prefeito.

Considerando os fatos narrados na situação hipotética e a jurisprudência dos Tribunais Superiores, apresente um texto dissertativo que aborde os seguintes itens:

- a) A competência para julgamento das contas do prefeito, inclusive a forma de manifestação do TCE nesse processo e a estabilidade/rigidez de seus efeitos.**
- b) A possibilidade de o TCE aplicar diretamente sanções e imputar débito ao Prefeito Municipal, considerando as funções de controle externo atribuídas ao Poder Legislativo local.**
- c) A competência para execução e cobrança do débito imputado e sua natureza jurídica.**

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

Questão 3

Determinado servidor estável do Estado Alfa praticou conduta que se caracteriza como ato de improbidade administrativa que causou lesão ao erário estadual, sendo certo que a prática de ato tipificado como de improbidade está prevista no respectivo Estatuto dos Servidores como infração grave passível de demissão.

Nesse contexto, o Ministério Público ajuizou ação de improbidade e, simultaneamente, foi instaurado o processo administrativo disciplinar pela prática de tal infração funcional, bem como há um processo tramitando perante o respectivo Tribunal de Contas, com vistas a apurar a lesão ao erário, todos pelo mesmo fato.

Diante dessa situação hipotética, esclareça a viabilidade de o aludido servidor responder simultaneamente nas mencionadas esferas de responsabilização, enfrentando, especificamente, os seguintes pontos:

- a) **Avalie se, para que ele seja demitido, após a ampla defesa e o contraditório, por ato tipificado como improbidade no mencionado processo administrativo disciplinar, é necessária a prévia condenação na ação de improbidade ajuizada pelo Ministério Público.**
- b) **Indique se a imposição de ressarcimento ao erário na ação de improbidade ajuizada pelo Ministério Público impede eventual determinação do Tribunal de Contas em tal sentido, bem como quais seriam as repercussões do pagamento efetuado para o cumprimento da aludida determinação.**

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

Questão 4

O documento intitulado “Avaliação de Políticas Públicas: guia prático de análise *ex ante* – volume I”, elaborado pelo governo federal, oferece uma introdução acessível ao tema da avaliação *ex ante* de políticas públicas, apresentando orientações práticas das principais etapas para o desenho, a implementação e a análise de impactos de ações do governo federal. Segundo o documento, “... a avaliação das políticas públicas deve começar no nascedouro, por meio da análise *ex ante*, a fim de verificar, fundamentalmente, se respondem a um problema bem delimitado e pertinente. Em função disso, observa-se se há um objetivo claro de atuação do Estado e se propõe um desenho que efetivamente possa ser alcançado. Entre outros tópicos, é necessário que as políticas públicas contem com essa análise *ex ante* para que os recursos públicos e o bem-estar da sociedade sejam otimizados. Desse modo, evita-se a detecção posterior de erros de formulação e de desenho, que, com maior racionalidade no processo inicial de implantação da política, poderiam ter sido previstos e eliminados.” (BRASIL, 2018)

Considerando que a avaliação de políticas públicas integra o ciclo de políticas públicas e tendo o texto acima como motivador, elabore um texto dissertativo sobre a avaliação *ex ante* abordando, necessariamente:

- a) O conceito e a finalidade da avaliação *ex ante*.
- b) As etapas da avaliação *ex ante*.
- c) Quando (em que circunstâncias?) realizar a avaliação *ex ante*.
- d) A quem compete primariamente realizar a avaliação *ex ante* e se cabe ao Tribunal de Contas realizá-la.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

Questão 5

Determinado contribuinte, fabricante de livro eletrônico (*e-book*) solicitou, junto ao Estado X, a repetição de indébito tributário, na via administrativa, dos valores pagos a título de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, referentes à comercialização dos *e-books* no mercado interno, por entender que não havia incidência do imposto sobre a referida operação.

A decisão administrativa denegou a restituição de indébito. Em consequência, pretende o contribuinte ajuizar ação anulatória da decisão administrativa.

Destaca-se que não há, no âmbito do Estado X, lei estadual que discipline a incidência de juros de mora para a atualização de débitos tributários estaduais.

Sobre o caso descrito, considerando o ordenamento jurídico e jurisprudência dos Tribunais Superiores, responda as perguntas a seguir:

- a) **Está correta a alegação do contribuinte sobre a incidência do ICMS?**
- b) **Qual o prazo para o ajuizamento da ação anulatória da decisão administrativa?**
- c) **Caso o contribuinte tenha seu pleito deferido em sede judicial, qual será a taxa de juros a ser aplicada na hipótese?**

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

Realização

